

Ex-Jugoslávia: quando a justiça não chega ao destino

Guerra. Especialistas internacionais ouviram pelo DN fazermos duras críticas ao tribunal de Haia pelos veredictos de Karadzic e Sesej

JOSÉ FIALHO GOUVEIA

Para os restantes passageiros, era apenas um homem velho dentro do autocarro que fazia a ligação entre Belgrado e a cidade de Zemun, um subúrbio da capital Sérvia. Tinha metade da cara escondida por uma densa barba branca e levava o longo cabelo grisalho apanhado atrás da cabeça. Era apenas mais um velho, sentado perto do condutor, até que numa das paragens entraram dois policiais e prenderam-no. Depois de mais de uma década a carregar nas costas o peso de "homem mais procurado da Europa", a fuga de Radovan Karadzic chegava ao fim naquele dia 21 de julho de 2008.

Oito anos depois, o ex-líder dos sérvios-bósnios foi, no passado dia 24, condenado a 40 anos por genocídio e crimes contra a humanidade. Uma semana mais tarde, foi a vez de Vojislav Sesej, ultranacionalista sérvio, conhecer o veredicto do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPI): inocente.

Que leitura fazer destas sentenças? Há via grande expectativa sobre o veredicto de Karadzic. A seguir a Slobodan Milosevic – que morreu antes de o processo chegar ao fim –, ele era o político mais importante a ser julgado pelo TPI e o único acusado por genocídio. A sentença acabou por ser desastrosa, sublinha ao DN Nena Tromp – que entre 2000 e 2006 foi a investigadora principal da equipa de procuradores responsáveis pela acusação contra Milosevic. “O desapontamento não tem que ver com os 40 anos por oposição à prisão perpétua, mas sim com o facto de apenas outros cinco condenados pelo TPI terem recebido a pena máxima e de todos eles serem militares que obedeciam às ordens de Karadzic. E dois deles nem se-

quer estavam acusados de genocídio. No fundo, parece que o TPI produz mais justiça para os militares do que para os políticos”, explica a mesma especialista holandesa.

Nena Tromp mostra-se muito crítica para com o tribunal de Haia. “Não parece um castigo adequado para o homem que ocupava a posição mais alta na cadeia de comando e que era o chefe de todos os outros que o receberam a pena máxima. A justiça é muito relativa. Com outro coletivo de juízes, Karadzic poderia ter sido condenado a prisão perpétua ou então ter apanhado apenas 20 anos. No fundo, não existe consistência nos veredictos do TPI.”

Também Norman Cigar, investigador na Marine Corps University e autor do livro *Genocide in Bosnia – The Policy of ‘Ethnic Cleansing’* (*Genocídio na Bósnia – A Política da ‘Limpeza Étnica’*), não esconde a desilusão. “No caso de Karadzic é melhor do que nada, mas, não deixa de ser estranho que outros acusados tenham recebido a pena máxima e ele não. E, dependendo do país onde cumprirá a sentença, Karadzic pode até sair mais cedo. Na Alemanha, por exemplo, mesmo os prisioneiros condenados a perpétua são elegíveis para libertação depois de 15 anos cumpridos. Percebo perfeitamente a desilusão dos sobreviventes e dos familiares das vítimas”, explica ao DN o especialista norte-americano. Cigar é ainda mais cético ao analisar a sentença de Vojislav Sesej. “A absolvição é ridícula. É surreal que o presidente do coletivo de juízes tenha entendido que os apelos à mancha eram apenas uma forma de ‘aumentar o moral das tropas’ e que o seu desajuste de construção da Grande Sérvia era apenas ‘um plano político’. Também o de Hitler era.”

“Não existe consistência nos veredictos do TPI”, afirma Nena Tromp

exemplo, mesmo os prisioneiros condenados a perpétua são elegíveis para libertação depois de 15 anos cumpridos. Percebo perfeitamente a desilusão dos sobreviventes e dos familiares das vítimas”, explica ao DN o especialista norte-americano. Cigar é ainda mais cético ao analisar a sentença de Vojislav Sesej. “A absolvição é ridícula. É surreal que o presidente do coletivo de juízes tenha entendido que os apelos à mancha eram apenas uma forma de ‘aumentar o moral das tropas’ e que o seu desajuste de construção da Grande Sérvia era apenas ‘um plano político’. Também o de Hitler era.”

absoluções Dos 161 julgamentos – falta conhecer o desfecho de quatro – houve 19 que acabaram com a absolvição dos arguidos. Sesej foi o mais recente.



Populares em Belgrado, sentados num café com imagens de Karadzic na parede, no dia em que foi conhecida a sua sentença. Abaixo, a 10 de março, Vojislav Sesej queima uma bandeira da NATO durante um protesto na capital Sérvia

À LUPA
8000

mortos em Srebrenica
A 11 de julho de 1995 caiu o enclave de Srebrenica. Nos dias que se seguiram, as tropas de Ratko Mladic executaram 8000 bósnios muçulmanos.

161

casos julgados no TPI
Criado pela ONU em 1993, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia levou à justiça 161 arguidos por crimes na guerra.

19

absoluções
Dos 161 julgamentos – falta conhecer o desfecho de quatro – houve 19 que acabaram com a absolvição dos arguidos. Sesej foi o mais recente.

Amir Duranovic, professor de História na Universidade de Sarajevo, confessa ao DN que tem dificuldade em entender os 40 anos para Karadzic. “Pelo crime de genocídio faria mais sentido a pena máxima. Nem que fosse como mensagem para todos aqueles que, neste momento, no Médio Oriente e noutros locais, cometem atrocidades.”

A perspetiva da reputada jornalista e romancista croata Slavenka Drakulic – que escreveu o livro *They Would Never Hurt a Fly* (*Eles Jamais Fariam Mal a Uma Mosca*), uma reportagem sobre as sessões que acompanhou no TPI – é mais benévola. “Uma coisa é a lei e outra é a justiça. A partir de agora Radovan Karadzic é um criminoso de guerra que foi condenado e isso é importante. É a prova de que os mortos não foram esquecidos e de que os crimes acabam por ser punidos”, explica Slavenka em resposta às questões colocadas pelo DN.

Estímulo ao ultranacionalismo

Quando foi conhecida a absolvição de Sesej, as reações políticas que chegaram da Bósnia e da Croácia foram de revolta. O primeiro-ministro croata, Tihomir Orskovic, classificou o veredicto como “vergonhoso” e Denis Zvizdic, presidente do Conselho de Ministros bósnio, mostrou-se indignado: “Não percebo que se absolva alguém que participou na planificação de tudo o que se passou durante a guerra.”



Quais podem ser então as consequências para as atuais relações entre a Sérvia e a Bósnia destes dois veredictos agora conhecidos? Norman Cigar não tem dúvidas: “A absolvição de Sesej vai potenciar o ultranacionalismo na Sérvia – tendo em conta que aquilo que ele fez não foi considerado crime – e tornar as vítimas mais amargadas pelo sentimento de injustiça.” Também para Nena Tromp os veredictos de Karadzic e Sesej não ajudam para a reconciliação entre os dois países. “Nenhuma outra sentença do TPI prejudicou tanto a relação entre a Sérvia e a Bósnia.”

A opinião de Duranovic vai no mesmo sentido: “É importante referir que a Sérvia neste momento está em campanha eleitoral [as eleições terão lugar a 24 deste mês] e que as forças nacionalistas vão aproveitar estes veredictos. Não sou capaz de prever o futuro, mas as nossas sociedades balcánicas precisam de enfrentar o passado. Se calhar precisamos de um paradigma ideológico completamente diferente.”

As armas calaram-se na Bósnia e na Croácia em 1995. Uma nova geração já se tornou adulta no pós-guerra. Essa geração, explica Slavenka Drakulic, dispensa mitologias. “Na ex-Jugoslávia para seguirmos em frente precisamos da ver-

RATKO MLADIC



Veredito em novembro de 2017

Depois de Slobodan Milosevic – o presidente da Sérvia nos anos do conflito, que morreu na cela da prisão antes do fim do julgamento – e de Radovan Karadzic, dos três principais rostos da guerra falta apenas conhecer o destino de Ratko Mladic. O general que comandava o exército sérvio da Bósnia foi preso em maio de 2011 e o julgamento começou no mesmo mês do ano seguinte. Enfrenta duas acusações por genocídio, cinco por crimes contra a humanidade e quatro por violações das leis e costumes de guerra. A leitura da sentença está prevista para novembro de 2017.

idade, por muito dura que ela seja. Negligenciar a verdade sobre a II Guerra Mundial conduziu-nos à guerra nos anos 90. Os espíritos do passado são perigosos. É preciso exorcizá-los, mas a discrepância entre estes veredictos é tão grande que ninguém pode ficar indiferente.

Tribunal não cumpriu o mandato

O TPI nasceu em maio de 1993. Foi o primeiro tribunal internacional para crimes de guerra a ser criado depois dos tribunais de Nuremberga e de Tóquio. Desde então ocupou-se de 161 processos. Quase todos estão concluídos. Neste momento decorrem apenas quatro julgamentos, incluindo o de Ratko Mladic – o general das forças sérvias na Bósnia – e oito estão em sede de recurso. O TPI está quase a fechar portas sem conseguir completar o seu mandato [trazer à justiça os responsáveis pelas graves violações da lei internacional praticadas na Jugoslávia desde 1991 e assim contribuir para restaurar e manter a paz na região]. A Sérvia permaneceu quase intocada, tendo em conta que quase nenhuma figura de destaque do regime de Milosevic acabou condenada pelo que aconteceu na Bósnia e na Croácia. Só pelos crimes cometidos no Kosovo, em 1998 e 1999, é que seis altos oficiais foram considerados culpados. Terão de ser os historiadores a desatar o nó da história, que infelizmente foi apertado pelo TPI.

Naquele dia de julho em 2008 o velho no autocarro não chegou ao destino. A justiça para a ex-Jugoslávia também não.

Rajoy propõe horário laboral até às 18.00. O fim da siesta?

Espanha. Convencido da inevitabilidade de novas eleições a 26 de junho, o primeiro-ministro em funções parece estar já em campanha

HELENA TECEDEIRO

Enquanto Pedro Sánchez tenta convencer Podemos e Ciudadanos a cederem para “renovar Espanha” através de um governo com o PSOE, Mariano Rajoy parece estar em plena campanha eleitoral. Cada vez mais convencido, segundo o *El Mundo*, da inevitabilidade de novas eleições a 26 de junho, o ainda primeiro-ministro espanhol apresentou ontem uma proposta para que o horário de trabalho no país termine às 18.00.

No encerramento da convenção sobre o pacto social organizada pelo PP em Sevilha, Mariano Rajoy não deu mais pormenores sobre esta medida que não constava, contudo, do programa com que se apresentou às eleições de 20 de dezembro. A proposta do chefe do governo terá ainda de passar por um acordo com os parceiros económicos e sociais e não afetaria, por exemplo, as empresas que trabalham por turnos.

Neste momento, o horário de trabalho em Espanha é muitas vezes das 09.00 às 20.00, com duas horas para almoço e para dormir a famosa *siesta*.

A ideia de terminar o horário de trabalho mais cedo, que já foi falada em 2013, coincide com outra proposta de Rajoy: a de mudar o fuso horário para o azeitar com o de Portugal e Reino Unido. O primeiro-ministro em funções defendeu ainda a criação de um banco de horas, além de oferecer incentivos fiscais às empresas que tenham infantários para os filhos dos funcionários ou facilitem o teletrabalho.

Os *media* espanhóis sublinharam a coincidência entre três das

cinco propostas de Mariano Rajoy e algumas das acordadas entre PSOE e Ciudadanos no seu pacto de governo. Um acordo que o chefe do executivo não hesitou em classificar de “torpedo” contra a economia espanhola e contra “a criação de emprego”. Mais, Rajoy sublinhou que o PP “nunca apoiará um programa que quer que Espanha volte a ficar à beira do resgate”.

“Renovar Espanha”

A um mês da dissolução das Cortes e da convocação de novas eleições caso não consiga chegar a um acordo de governo maioritário, Pedro Sánchez voltou ontem a lançar um apelo a Podemos e Ciudadanos

Pedro Sánchez ainda não desistiu de conseguir fazer um governo a três

nos. No Comité Federal do PSOE, o líder socialista pediu às formações lideradas por Pablo Iglesias e Albert Rivera para que deixem para trás as suas “linhas vermelhas”, “cedam” e tornem possível “um governo progressista para renovar Espanha”.

Com o tempo a passar, Pedro Sánchez ainda não desistiu de conseguir fazer um governo a três que some os seus 90, com os 69 do Podemos e os 40 do Ciudadanos, representando um total de 15 milhões de votos. Isto apesar de tanto Iglesias como Rivera (com quem o PSOE assinou um pacto) já terem deixado bem claro que os socialis-

tas terão de escolher entre um ou outro.

Diante da direção do partido, Pedro Sánchez garantiu estar ele próprio disposto a fazer cedências. Sem, contudo, avançar quais seriam. E garantiu que, se houver “alterações substanciais” ao pacto com o Ciudadanos, este voltará a ser submetido à ratificação das bases do Comité Federal. A reunião de ontem serviu ainda para aprovar o adiamento do congresso do PSOE, previsto para maio, até que se resolva a crise política em Espanha.

Quem também parece disposto a voltar a consultar o partido é Pablo Iglesias. O líder do Podemos anunciou ontem que vai convocar um referendo para decidir qual será a posição final da formação nascida do movimento dos Indignados em relação à formação do governo. Caso o impasse se mantenha, os militantes terão de escolher entre apoiar Pedro Sánchez como primeiro-ministro seguindo o atual pacto do PSOE com o Ciudadanos ou optar por novas eleições.

Num discurso no Conselho Cidadão, o órgão máximo do Podemos entre congressos, Iglesias regeu pela primeira vez para as bases a decisão sobre qual a postura que o partido irá adotar no futuro. “Uma questão tão importante tem de ser decidida pelas pessoas.” Se se confirmar a convocação de um referendo, terão direito de voto os 400 mil simpatizantes inscritos. Mas Iglesias ainda não desistiu de convencer Sánchez a uma chamada “solução à valenciana”, ou seja, um governo com várias forças de esquerda.



Além das negociações para o governo, Iglesias tem de gerir a tensão com o número 3, Íñigo Errejón